

EDUCAÇÃO E POVOS INDÍGENAS: RECORRÊNCIAS TEMÁTICAS EM TRABALHOS DA 41ª REUNIÃO NACIONAL DA ANPED¹

Amanda Mendonça Rodrigues²
Cinara dos Santos Costa³
Iara Tatiana Bonin⁴

Resumo: Realizada em Manaus, Amazonas no ano de 2023, a 41ª Reunião Anual da Anped, com o tema “Educação e Equidade: Bases para Amar-zonizar o país” e teve grande significado para as lutas dos povos originários no campo da pesquisa acadêmica. O evento marca a aprovação do GE Educação e Povos Indígenas, espaço de articulação e discussão sobre a temática e de protagonismo para os pesquisadores e pesquisadoras indígenas de todo o país. O objetivo do artigo é apresentar os resultados do rastreamento de trabalhos que versam sobre povos indígenas e educação aprovados e publicados nos Anais do evento. Com foco em educação e povos indígenas foram localizados 26 trabalhos, apresentados em 9 diferentes GTs. Considerando o conjunto de produções, são identificadas e analisadas as principais ênfases temáticas e focos de interesse.

Palavras-chave: Educação Indígena; Educação Escolar Indígena; Povos indígenas e educação

Education and indigenous peoples: thematic recurrences in works of the 41st National Meeting of Anped

Abstract: Held in Manaus, Amazonas in 2023, the 41st Anped Annual Meeting had the theme “Education and Equity: Bases for Amazonizing the country” and had great significance for the struggles of original peoples in the field of academic research. The event marks the approval of GE Education and Indigenous Peoples, a space for articulation and discussion on the topic and a leading role for indigenous researchers from across the country. The objective of the article is to present the results of tracking works that deal with indigenous peoples and education approved and published in the Proceedings of the event. Focusing on education and indigenous peoples, 26 works were located, presented in 9 different GTs. In this set of productions, the main thematic emphases and focuses of interest are identified and analyzed.

Keywords: Indigenous Education; Indigenous School Education; Indigenous peoples and education

¹ O trabalho contou com apoio do CNPq

² Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-7603-185X>; E-mail: Amanda.rodriques@edu.pucrs.br.

³ Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; Orcid: <https://orcid.org/0009-0001-6243-9305>; E-mail: Santos.cinara@edu.pucrs.br

⁴ Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7156-8849>; E-mail: itbonin@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Realizada em Manaus, Amazonas no ano de 2023, a 41ª Reunião Anual da Anped, com o tema “Educação e Equidade: Bases para Amar-zonizar o país”, teve grande significado para as lutas dos povos originários no campo da pesquisa acadêmica. Isso porque, naquela edição do evento, a proposta de criação de um GE (Grupo de Estudo) Educação e Povos Indígenas – gestada há pelo menos uma década, com ampla participação de pesquisadores indígenas – foi aprovada.

O GE Educação e Povos Indígenas, conforme descrição constante no site da Anped, “busca promover o debate e dar visibilidade à produção acadêmica e científica de pesquisadoras e pesquisadores indígenas, cuja participação nos programas de pós-graduação em Educação tem aumentado nos últimos anos”, além de oportunizar a articulação entre pesquisadores não-indígenas dedicados à temática que integram instituições de ensino superior em todas as regiões brasileiras. O GE tem, entre seus objetivos: fomentar o protagonismo de pesquisadores e pesquisadoras indígenas; articular pesquisas em educação superior e em educação básica, de modo a qualificar as políticas públicas e, em especial, àquelas voltadas para a educação escolar indígena; contribuir com propostas para educação das relações Étnico-Raciais (Lei 11.645/2008), especificamente no que se refere às questões indígenas. Significativa, neste sentido, foi a escolha de Gersem José dos Santos Luciano, do povo Baniwa (UnB) como coordenador do GE. Inicia-se, desse modo, um tempo marcado pelo protagonismo na condução desse espaço.

É importante registrar que temas como a formação de professores, escola indígena, legislação da educação escolar indígena, processos próprios de aprendizagem dos povos originários, vinculações entre educação, territorialidade e pensamento ancestral vem sendo dinamizados em pesquisas realizadas no campo da Educação há décadas, e têm sido – algumas vezes – divulgadas em reuniões nacionais da Anped. Contudo, a criação do GE instaura um espaço articulatório sensível e imprescindível para fazer avançar as políticas em torno da produção e divulgação do conhecimento e para fazer avançar o pensamento educacional, considerando epistemologias ameríndias, os protagonismos a muito silenciados e, também, as estratégias e práticas de pesquisa plurais e diversificadas, que se delineiam no fazer de pesquisadores e pesquisadoras indígenas.

Celebrando essa conquista, e reconhecendo a relevância desta edição da Anped para a consolidação dos espaços articulatórios em torno da temática indígena, propomos neste artigo um rastreamento de trabalhos aprovados para apresentação nesta edição do evento (e publicados em seus anais) que focalizaram educação e (de/com) povos indígenas. O objetivo é identificar quais trabalhos versam sobre esse tema e em quais Grupos de Trabalho (GTs) foram apresentados e, também, indicar as principais ênfases temáticas e focos de interesse.

O rastreamento envolveu a consulta direta aos Anais da 41^a Reunião anual da Anped, consultando, para isso, cada um dos GTs e identificando nos títulos dos trabalhos a ocorrência das palavras-chave “indígena”, “indígenas” “povos indígenas” e “povos originários”. (Foram localizados, por meio desses procedimentos, 16 trabalhos, apresentados em 9 diferentes GTs, além de 2 sessões temáticas, conforme o quadro-síntese, a seguir:

Quadro 1 – Abordagens da temática indígena: trabalhos e autores na 41^a Anped

GT 03 - Movimentos Sociais, Sujeitos e Processos Educativos	Aguiar (2023); Ayres e Grando (2023) Caxias e Peixoto (2023); Costa e Estácio (2023); Silva e Magalhães (2023)
GT 04 - Didática	Casimiro e Teixeira (2023)
GT 06 - Educação Popular	Morel (2023)
GT08 - Formação de Professores	Dias (2023); Diniz e Nunes (2023); Rocha e Leão (2023)
GT11 - Política de Educação Superior	Santos (2023); Nascimento (2023)
GT12 - Currículo	Backes e Pavan (2023); Camargo e Lopes (2023); Souza (2023)
GT 13 - Educação Fundamental	Ramos (2023)
GT 16 - Educação e comunicação	Moreira (2023)
GT 21 - Educação e Relações Étnico-Raciais	Cordeiro e Troquez (2023); Matos (2023); Miranda e Leão (2023); Nascimento e Cunha (2023); Osta (2023); Silva (2023); Silva e Santos (2023); Soares (2023)
GE Cotidianos - éticas, estéticas e políticas	Ramos, Cerqueira e Mello (2023)
Total: 26 trabalhos	

Fonte: Elaboração das autoras.

Observa-se uma dispersão dos trabalhos e, 9 GTs distintos e um GE, sendo esta vinculação estabelecida em razão dos temas e problemas abordados. Nesse sentido, o Educação e Relações Étnico-Raciais congregou o maior número – 5 textos –, seguido do GT Movimentos Sociais, Sujeitos e Processos Educativos,

com 3 trabalhos. Já os GTs Currículo, Formação de Professores e Política de Educação Superior congregam 2 textos cada um. Outros 4 GTs registram a presença de 1 trabalho cada. Além disso, sobre a temática indígena foram apresentados dois painéis temáticos (Osório, Brito, Oliveira, Machado, Nascimento e Lima, 2023 e Mubarak Sobrinho, Souza, Bettiol, Santos e Santos, 2023) e um minicurso (Machado, 2023).

Em relação a autoria, registra-se que os trabalhos foram escritos por 31 autoras e 7 autores, perfazendo, assim, um total de 38 pesquisadoras e pesquisadores envolvidos na produção desses textos. Já quanto à vinculação institucional desse conjunto de autores, registra-se 15 instituições, conforme detalhamento apresentado no quadro a seguir:

Quadro 2: Instituições de vínculo dos autores de trabalhos

Região norte	Universidade do Estado do Amazonas Universidade Estadual de Roraima Universidade Federal de Roraima Universidade Federal do Amazonas Universidade Federal do Pará
Região nordeste	Universidade Federal de Pernambuco Universidade Federal do Sul da Bahia
Região centro-oeste	Universidade Católica Dom Bosco Universidade Federal da Grande Dourados Universidade Federal de Mato Grosso
Região sudeste	Universidade Estadual do Rio de Janeiro Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Região sul	Universidade Federal de Santa Catarina Universidade Federal do Paraná Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Fonte: Elaboração das autoras.

Destaca-se, no quadro de instituições, a presença majoritária de universidades da região norte, aspecto que acentua a importância simbólica deste evento, realizado em terras amazônicas. Nesse sentido, 13 do total de trabalhos são oriundos de universidades da região norte (9 destes são de autores vinculados a Universidade Estadual do Amazonas. Ainda sobre a vinculação dos autores, destaca-se que quase todos são provenientes de instituições públicas -12 universidades federais e 2 universidades estaduais. Apenas uma das instituições é comunitária (integra, assim, a rede privada).

Passando, então, ao conjunto de textos selecionados, um exame mais detido dos temas e problemas trazidos possibilitou a identificação de recorrências temática que originaram as três direções analíticas principais: o primeiro grupo de textos tematiza educação escolar indígena, com foco na educação básica; o segundo grupo tem como ênfase o ensino superior, o terceiro grupo traz a criança indígena, a narrativa e a literatura infantil para o centro de nossa atenção. Faremos, a seguir, a apresentação sucinta dos textos, agrupados conforme as direções analíticas indicadas.

EDUCAÇÃO BÁSICA E POVOS INDÍGENAS

O primeiro texto que identificamos neste eixo foi escrito por Ana Paula Diniz Fernandes e Adréia Nunes Militão (2023), ambas da Universidade Federal da Grande Dourados. As autoras examinam um caso específico, o Projeto Pirawara, desenvolvido no estado do Amazonas. Por meio de pesquisa documental e de entrevistas com participantes do projeto, elas indicam que as normativas que estabelecem os parâmetros para a formação de professores indígenas - em especial a Resolução CNE/CP 01/2015 - não estão sendo plenamente atendidas no projeto em tela.

Focalizando currículos de escolas indígenas, a partir das falas de professores indígenas do Vale do Javari, no Amazonas, e de pesquisadores do campo da Educação, Adria Simone Duarte de Souza (2023), da Universidade do Estado do Amazonas, indaga sobre as formas de diálogo intercultural, trazidas por meio de múltiplos enquadramentos normativos, e as experiências de professores que atuam em escolas da região mencionada.

Já Brenda Maria Alves Cordeiro e Marta Coelho Castro Troquez (2023), da Universidade Federal da Grande Dourados, trazem para primeiro plano o brincar como prática pedagógica proposta em documentos curriculares e no cotidiano escolar de crianças indígenas de 5 a 10 anos. Ambientada em uma escola indígena situada no interior da Reserva Indígena de Dourados (RID), município de Dourados, MS, as autoras indicam que o brincar das crianças indígenas ancora-se nas vivências culturais coletivas, que se hibridizam com as relações interculturais experimentadas. Na mesma direção, Casimiro e Teixeira (2023) examinam o espaço/tempo do brincar das crianças da Educação Infantil em uma Escola do Campo, localizada na aldeia Tupinambá, no Sul da Bahia. O estudo focaliza, de modo especial, a implantação do Baú brincante e as reverberações provocadas por este artefato lúdico no desenvolvimento infantil.

Versando sobre formação de professores, Soares (2023), da Universidade Estadual do Amazonas, propõe uma análise do modo como estes processos formativos habilitam o docente para o trabalho com as crianças indígenas em escolas não indígenas da rede municipal de ensino de Parintins/AM. Já Silvanira Gomes de Matos (2023), da Universidade Estadual do Amazonas, coloca em foco as contribuições dos anciãos para uma adequada atuação dos profissionais da educação escolar indígena na Comunidade Nova Esperança, do Rio Cuieiras, município de Manaus.

Com olhar direcionado para o professor indígena, Patricia Dias, da Universidade Federal de Mato Grosso, Campus de Cuiabá, apresenta um levantamento de textos aprovados nos GTs das reuniões nacionais da Anped que focalizam o professor ou a professora indígena, tomando como recorte temporal o período de 2000 a 2021. Os resultados evidenciam que, embora de maneira bastante tímida e irregular, o professor e a professora indígena tem sido tema de interesse nas reuniões nacionais da Anped, não somente no GT 8 que é espaço específico do tópico formação de professores, mas também em outros grupos de trabalho. A autora chama atenção para a falta de participação de indígenas nas pesquisas.

Também constituindo um levantamento voltado ao estado do conhecimento, o estudo apresentado por Carolina Ponciano da Osta (2023) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro rastreia teses e dissertações defendidas ao longo dos 10 anos do Programa de Pós-Graduação em Educação, da mesma universidade, nas quais se contemplam temáticas relacionadas aos povos indígenas. Indica que há regularidade na discussão sobre o apagamento da presença dos povos indígenas nos currículos escolares, o que é indicativo do racismo que estrutura as práticas educativas na escola básica.

Ainda nessa linha, identificamos o texto de Janssen Felipe da Silva e de Aline Renata dos Santos (2023) da Universidade Federal de Pernambuco, que traz um recorte de pesquisa Cenários curriculares e prática docentes: tratos pedagógicos às diferenças nas escolas campesinas, indígenas e quilombolas. As autoras apresentam resultados de um estado do conhecimento realizado na Anped e no Programa de Pós-graduação em Educação da UFPE reunindo pesquisas que versam sobre Recontextualização, Livro Didático, Educação Escolar do campo, Indígena e Quilombola. Em comum, as autoras indicam a preocupação com os materiais didáticos, as abordagens sobre indígenas e quilombolas e os silenciamentos contínuos, assim como com as formas como as

lutas pelo reconhecimento, valorização e políticas específicas e diferenciadas que valorizem seus modos de ser e de produzir conhecimentos destes povos e comunidades operam a descolonização do saber.

O estudo de Kelson Oliveira da Rocha e Jocelena Gois Leão (2023) da Universidade Estadual do Amazonas, caracteriza-se também como estudo voltado ao estado do conhecimento, porém com foco nos programas e os cursos para Formação de Professores Indígenas nas Instituições Públicas de Ensino Superior do Estado do Amazonas entre os anos de 2000 e 2020. Realizam, nesse sentido, pesquisa bibliográfica em teses, dissertações, livros e artigos, considerando ainda a legislação pertinente que fundamentam a criação desses programas.

O estudo de Thelma L. C. Ramos, da Universidade Federal do Amazonas, Maristela Petry Cerdeira, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro e Fernanda Cavalcanti de Mello, da Secretaria do Estado da Educação do Amazonas, apresentam um percurso formativo em que as rodas de conversa são vistas como espaços frutíferos para a discussão do tema das diversidades, especialmente por compreenderem momentos de escuta a indígenas que vivem nos espaços urbanos.

EDUCAÇÃO SUPERIOR E POVOS INDÍGENAS

Uma segunda ênfase temática pode ser identificada nos estudos apresentados na 41ª Reunião da Anped, e diz respeito à presença/ausência de estudantes indígenas no ensino superior, ou a demandas específicas relativas à formação de professores ou, ainda, ao ingresso de estudantes indígenas na pós-graduação *stricto sensu*.

Nesse sentido, abrindo a discussão trazemos a pesquisa de José Licínio Backes e Ruth Pavan (2023) da Universidade Católica Dom Bosco examinam a presença de indígenas nos cursos de formação de professores em nível superior, buscando entender quais ressignificações curriculares são constituídas. Os autores argumentam que, nos últimos anos, essa presença tem se ampliado o que desafia os processos, práticas e currículos de cursos de licenciatura. A pesquisa foi realizada em 2021 e contou com a participação de estudantes indígenas, por meio de entrevistas, e os resultados indicam que a presença indígena tem efeitos produtivos e transformadores nas dinâmicas formativas.

Em uma direção semelhante, Elisângela Andrade do Nascimento (2023), da Universidade Federal de Roraima analisou práticas pedagógicas em cursos regulares de licenciatura que incluem a presença indígena. A pesquisa, de base bibliográfica, produções da ANPEd entre os anos 2000 e 2021, e também as principais legislações sobre a Educação Superior. O acesso à educação nas próprias comunidades indígenas, por meio de cursos de licenciaturas interculturais específicas é parte das políticas públicas que visam formar professores indígenas. No entanto, conforme a autora, os documentos normativos nem sempre regulam o ingresso de indígenas nestas formações e muitos ingressam em cursos regulares do Ensino Superior, para os quais não há específicas que assegurem o protagonismo dos povos originários e o resguardo as especificidades na experiência docente.

O estudo de Rita Floramar Fernandes dos Santos (2023), da Universidade Federal do Amazonas. Trata-se de um recorte de pesquisa em andamento que problematiza a formação docente universitária. De base documental, focaliza a participação indígena em diálogos intercientíficos nos ambientes universitários do Amazonas.

Por fim, neste eixo analítico incluímos o trabalho de Jeiviane Justiniano da Silva e de Fernanda Almeida Magalhães (2023) da Universidade do Estado do Amazonas. O propósito central da pesquisa é compreender como os conhecimentos culturais vinculados à ancestralidade tem lugar nos percursos formativos de estudantes indígenas. O texto discorre sobre os repertórios culturais expressos pelos acadêmicos em seus textos narrativos e sobre a produção das identidades destes estudantes, agora vinculados a instituições de educação superior e habitando contextos urbanos.

ARTEFATOS CULTURAIS: LIVROS DIDÁTICOS E LIVROS E LITERATURA

O terceiro grupo temático identificado em trabalhos presentes nos Anais da 41 Anped Nacional traz a criança indígena e a literatura infantil como centro de atenção. Nesse sentido, destaca-se o texto de Patrícia Lisboa de Aguiar (2023), da Universidade Federal de Santa Catarina. Nele, a pesquisadora ocupa-se das cosmovisões da criança do povo Dâw, no município de São Gabriel da Cachoeira, Amazonas. Participam do estudo crianças bilíngues e o professor e a pesquisa indica a forte presença de narrativas de origem nos processos educativos focalizados.

Discorrendo também sobre narrativas, mas, neste caso, em livros de literatura de autoria indígena, Raquel de Cassia Rodrigues Ramos (2023), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, discute a presença destas obras nos anos iniciais do ensino fundamental. Com base no disposto na LBB, por meio da Lei 11.645/2008, a autora afirma a importância de as histórias indígenas integrarem a educação escolar por meio da literatura. O referencial teórico baseia-se na contribuição de autores indígenas como Daniel Munduruku, Julie Dorrico, Marcia Kambeba e Eliane Potiguara.

Marina Rodrigues Miranda e Rafaella Capela Leão (2023), da Universidade Federal do Sul da Bahia e da Universidade Federal do Pará, respectivamente, discutem a educação como espaço de memória, identidade e história. Focalizando, então, o povo Xikrin do rio Bacajá, analisa uma cartilha chamada “Os peixes do rio Bacajá” e o que dela falam professores que atuam na Educação Escolar Indígena. As autoras relatam críticas colocadas ao material, tanto por desconsiderar os impactos ambientais vivido pelos Xikrin no barramento do rio Xingu, quanto por dar acento aos processos de escrita sobre os da oralidade.

Examinando livros didáticos, temos o trabalho de Flávia Gisele Nascimento e Claudia Madruga Cunha (2023), ambas da Universidade Federal do Paraná, voltado à análise de como as artes, as histórias e as culturas dos povos indígenas são abordadas nos livros didáticos de Arte do Ensino Fundamental - Anos Finais, aprovados em 2020 no Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD). Em sentido semelhante, localizamos o trabalho de Girlane Santos da Silva (2023), também da Universidade Estadual do Amazonas, que discute a colonialidade nos livros didáticos e a presença-ausência de discussões sobre a temática indígena na nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e no Novo Ensino Médio (NEM). A pesquisa fundamenta-se em autores e autoras de perspectiva decolonial e mostra a invisibilização destas discussões tanto nos textos legais, quanto nas proposições que alteram a organização da última etapa da Educação Básica.

Fechando esse conjunto de textos, apresenta-se o estudo de Cristian Caio Silva Moreira (2023), da Universidade Federal do Pará, que analisa as formas de participação dos Assurini na internet e seus espaços virtuais. Interessa ao autor entender as funções das redes sociais e seus usos cotidianos na comunidade. Em sentido semelhante, temos a pesquisa de Bruna Pollyana Almeida da Costa e Marcos André Ferreira Estácio, ambos da Universidade Estadual do Amazonas,

coloca em primeiro plano as reafirmações do ser mulher Sateré-Mawé em publicações constantes nos perfis do Intstagram e Facebook da Associação de Mulheres Indígenas Sateré-Mawé (Amism), na internet.

O ensaio de Leila Maria Camargo e Sergio Luiz Lopes (2023) da Universidade do Estado de Roraima, propõe um movimento analítico mais abrangente que focaliza educação, equidade, justiça social e curricular para os povos indígenas e do campo em Roraima, região de tríplice fronteira Brasil-Guiana-Venezuela, no extremo norte brasileiro. O texto coloca em foco representações de riqueza e também de desafio colocado pela pluralidade sociocultural e ambiental da região.

Fechando esse bloco de textos, Selma Socorro Aguiar Caxias e Leonardo Ferreira Peixoto, da Universidade Estadual do Amazonas, apresentam um trabalho que assume a perspectiva dos estudos (auto)biográficos e narra a travessia das formações de uma mulher indígena, marcado por opressões interseccionais.

ALGUNS APONTAMENTOS ANALÍTICOS

Um aspecto que chama atenção, nos textos selecionados, é a participação dos indígenas na produção dos dados empíricos das pesquisas. Nesse sentido, em termos metodológicos um grande grupo de estudos realiza pesquisa de campo com escuta de professores, de crianças, de lideranças indígenas, bem como etnografias e observações participantes. Esse é um dado significativo quando se trata de pesquisas sobre essa temática, e desenvolvidas no campo da Educação, uma vez que se busca, por meio delas, abrir espaços para a produção de novas perspectivas que incluam os contextos vivenciais dos povos originários, seus problemas específicos, suas maneiras de ver e de dar significado aos acontecimentos. Há, também – e como segunda ênfase metodológica – os estudos que se valem de pesquisa bibliográfica e as que realizam estudos conhecidos como estado do conhecimento, buscando, desse modo, rastrear ocorrências, regularidades e lacunas na pesquisa educacional desenvolvida.

Tratando-se, mais especificamente, das ênfases temáticas, algumas palavras podem ser ditas sobre as discussões que vem sendo delineadas e que impulsionam as produções acadêmicas. As lutas dos povos indígenas pela garantia de oferta de educação escolar indígena específica, plurilíngue, intercultural impulsionam as mudanças legislativas, as conquistas em termos de

direitos e, ao mesmo tempo, as discussões no campo educacional. Importante indicar, ainda, que os trabalhos versam sobre educação escolar indígena (este espaço híbrido, instituído por meio da presença e contato com a sociedade majoritária), sem qualquer ambiguidade em relação ao entendimento da educação indígena, processo singular e localizado em cada comunidade e povo, na qual contemplam suas formas e processos próprios de formar a pessoa e da qual devem os indígenas falar, prioritariamente.

Conforme sinaliza Bruno Ferreira (2006) "a educação sempre fez parte do ser humano, desde sua existência enquanto ser histórico". Já o escritor indígena e ativista, Daniel Munduruku (2010) diz que, para os indígenas, a educação do corpo, da mente e do espírito estão conectadas. Cabe aos mais velhos a educação da mente e do espírito, ou seja, educar as crianças para a vida e aos pais cabe a educação do corpo que [...] é fundamental para dar importância a seu estar no mundo” (Munduruku, 2010, p.56).

Ao analisar processos de aprendizagem, em especial, dos Guarani, Melià (1997, p.22) diz que: “Os povos indígenas mantiveram sua alteridade graças a estratégias próprias, das quais uma foi precisamente a ação pedagógica”. É preciso entender, conforme o autor, que a educação indígena se baseia na aprendizagem empírica, onde os ensinamentos são compartilhados pelos mais velhos e onde atua uma comunidade educativa. É uma aprendizagem coletiva, ancestral, localizada, específica. É importante ressaltar também que cada comunidade, cada povo, ou até mesmo em cada aldeia, as formas de ensinar e aprender podem variar de acordo com as cosmologias e condições de cada população. Inclusive, abrigar ou não escolas dentro das aldeias se torna um fator modificante das práticas pedagógicas não escolares da população.

Já a Educação escolar foi (e, em alguns casos, ainda é) imposição colonial. Tal como explicam Bergamaschi e Medeiros (2010), a escola foi criada e gestada para formar seguidores da religião cristã e súditos da coroa portuguesa. Essa tentativa de catequização da população indígena aparece como alternativa para os colonizadores para converterem “selvagens”, que estavam em seu território próprio, em súditos, procurando uma maior força de apoio à coroa portuguesa. Mesmo em condições atroz, através das estratégias próprias, os povos indígenas resistiram às imposições coloniais advindas da presença da escola, que serviu por longo tempo a propósitos integracionistas, promoveu um bilinguismo de transição, colocou sob suspeita os conhecimentos ancestrais, por exemplo.

As autoras prosseguem pontuando que o modelo escolar indígena, como conhecido hoje, surgiu nas últimas décadas, através de luta e de movimentos de afirmação cultural coletiva. Gersem dos Santos Luciano (2023), pesquisador do povo Baniwa, destaca que são diversos os desafios para a consolidação de uma educação escolar indígena específica, diferenciada e intercultural. Para ele, “antes de ser intercultural a escola indígena precisa ser de fato indígena” E o autor prossegue afirmando que

[...] Para ser indígena ela precisa ser apropriada, descolonizada e transformada em escola autônoma de verdade: escola do jeito indígena. Ocorre que este caminho é muito difícil, pois a escola indígena, assim como os educadores indígenas da nossa geração, também está entranhada e contaminada pelo pensamento e cultura colonial. Só uma formação crítico-prática, transformadora e revolucionária será capaz de abrir caminhos para se concretizar a utopia da escola indígena verdadeiramente própria e intercultural, para fazer triunfar novamente os saberes e conhecimentos indígenas. Enquanto isso, titubeamos resistentes, teimosos e, por vezes, desobedientes, mas vivos e bem vivos.

Ainda conforme o pesquisador Baniwa, na perspectiva das comunidades indígenas, a escola indígena será intercultural quando estiver sob o controle dos indígenas e quando contribuir para, ao mesmo tempo, oportunizar a compreensão das lógicas ocidentais, modernas e coloniais em vigor na sociedade majoritária e oportunizar a afirmação e o fortalecimento identitário e cultural de cada povo indígena que nela se localiza.

Há avanços significativos na legislação, mencionados e analisados por autores e autoras dos trabalhos discutidos neste artigo. De modo especial, registra-se a Lei 11.645/2008 como possibilidade de produção de alterações nas práticas educativas na escola e na universidade. Contudo, Grupioni (2001) alerta que “nenhuma legislação específica para a educação escolar indígena no Brasil, que tenha abrangência nacional, poderá prever ou dar conta da imensa diversidade de situações históricas e culturais vividas pelas inúmeras sociedades indígenas contemporâneas”. Assim, o debate entorno da Educação Escolar Indígena que vem ganhando força na Anped é muito bem-vindo, mas precisa ampliar o espaço de interlocução e de expressão dos pesquisadores indígenas.

O aspecto da interculturalidade enquanto conceito estratégico – tanto na oferta de educação escolar indígena, quanto no âmbito da educação superior em que se registra a presença indígena – é reiterado em grande número de textos examinados neste artigo. Sobre esse conceito, Gersem dos Santos Luciano (2023, p. 8-9) explica:

Para nós, a ideia de interculturalidade pode ser entendida a partir de duas perspectivas: abrir caminhos para o reconhecimento e reposição dos sujeitos colonizados, subalternizados, subjugados, silenciados, dominados e alijados de suas autonomias societárias e cosmológicas, a uma posição de diálogo, de interação, de coexistência e convivência dialética.

Mas, conforme o autor, o conceito não guarda em si significado único e tem sido empregado em sentidos muito diversos, inclusive para a manutenção dos processos coloniais, criando uma sensação de ser socialmente mais inclusivo e tolerante com as diferenças. Certos discursos de interculturalidade vêm sendo usados, conforme o autor,

[...] para encobrir, esconder, mascarar e, no máximo, amenizar os efeitos da colonialidade, materializada por meio de práticas de exclusão, injustiça, desigualdade, violência e racismo contra os sujeitos coletivos que se negam e resistem a sucumbir e aderir, de forma subalterna, aos modos de vida da sociedade capitalista, profundamente predatória, anti-humana, anti-espécie e anti-planeta (Luciano, 2023, p. 9).

Nos estudos que estamos desenvolvendo, esse modo de entender e mobilizar a interculturalidade deve ser, sempre, problematizado, de modo a contribuirmos para ampliar as possibilidades de protagonismo indígena, e para estabelecermos “um diálogo menos desigual, menos assimétrico e menos hierarquizado, como adverte o autor. Isso porque, a universidade e o campo da pesquisa são profundamente desiguais, operando a legitimação de privilégios da branquitude.

Se, por um lado, os estudos em tela registram a invisibilidade, a banalização e o silenciamento sobre a presença indígena em diferentes espaços e contextos, há também os que se inscrevem em espaços específicos de educação – a escola, a comunidade – e indicam suas frutíferas articulações com projetos de futuro dos

povos originários. Nesse sentido, também os trabalhos que focalizam indígenas em centros urbanos, em escolas fora do contexto da aldeia, em redes sociais, por exemplo, contribuem para ampliar a discussão, estabelecendo que lugar de indígena é onde ele deseja estar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para finalizar esse percurso de discussão, reafirmamos a significativa presença de discussões que entrelaçam educação e povos indígenas, o que mostra que, gradualmente, a Anped Nacional abre espaços para o fortalecimento da pesquisa neste foco. A realização de um evento no estado do Amazonas ampliou, ainda mais significativamente, a representatividade da região norte e das questões que envolvem a Amazônia e seus povos.

Algumas ausências podem ser indicadas quanto às problemáticas em foco no conjunto de trabalhos selecionado. E aqui destacamos, em especial, dois pontos: o primeiro diz respeito às licenciaturas interculturais e suas contribuições específicas para a formação de professores indígenas, considerando sua larga trajetória de existência, enquanto programa (infelizmente, não enquanto política de estado). O segundo ponto a destacar, enquanto ausência neste conjunto de estudos que integraram a 41 Anped Nacional, articulando educação e povos indígenas, diz respeito às ações afirmativas e, em especial, as que se estruturam para atender a demanda de ingresso e de permanência de indígenas em programas de pós-graduação *stricto sensu*. Esse é um tema que ganha, aos poucos, visibilidade e relevância nas pesquisas do campo da Educação e que deve marcar, espera-se, uma das ênfases temáticas em eventos futuros, a partir da produção de pesquisas feitas por mestrands e doutorandos/ mestres e doutores indígenas.

Fechamos com as palavras de Luciano (2023, p. 12):

Nos últimos cinco anos, por exemplo, algumas universidades, como a Universidade Federal do Amazonas, a Universidade Federal de Goiás e outras, começaram a permitir que estudantes indígenas de graduação pudessem escrever e defender suas monografias em suas línguas indígenas. Isso parece pouco, mas é uma gigantesca revolução no epicentro canônico da ciência ocidental. É

importante chamar atenção para o fato de que mesmo considerando o profundo etnocentrismo, eurocentrismo, cientificismo arrogante da ciência e da universidade hegemônica é necessário, desejável e é direito dos indígenas o acesso a ela. O acesso à universidade traz muitos e indiscutíveis ganhos reais e potenciais aos povos indígenas, principalmente no campo da cidadania, da consciência histórica, do protagonismo e do empoderamento técnico, científico, político, econômico, cultural e autoestima cognitivo e moral. Tudo isso é necessário e útil aos indígenas, não apenas para gerir com maior qualidade seus territórios em contextos cada vez mais complexos, mas também e, sobretudo, para qualificá-los e empoderá-los no diálogo com a sociedade nacional e global e para o exercício pleno de cidadania. Negar aos povos indígenas o acesso à escola e à universidade é, sem dúvida, a pior forma de racismo e de condenação humana e sociopolítica, uma vez que tornaria o futuro existencial desses povos mais incerto, obscuro ou mesmo sem ou com pouca esperança.

As palavras de Baniwa servem para esperar o horizonte e nos colocar a tarefa ética de contribuir para a consolidação de espaços de produção de conhecimentos dos quais participem, cada vez mais, pesquisadores e pesquisadoras indígenas.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Patrícia Lisboa de. A cosmovisão da criança indígena Dâw e o Morro da Boa Esperança em São Gabriel da Cachoeira, Amazonas-Brasil.. in: 41ª Reunião Nacional da Anped - Educação e Equidade: bases para amar-zonizar o país, 2023, Manaus. **Anais eletrônicos...**, Galoá, 2023.

AYRES, Sandra Regina Braz; GRANDO, Beleni Saléte. Estudantes indígenas na escola urbana: pressupostos da educação intercultural crítica na formação de professores. In: 41ª Reunião Nacional da Anped - Educação e Equidade: bases para amar-zonizar o país, 2023, Manaus. **Anais eletrônicos...**, Galoá, 2023..

BACKES, José Licínio; PAVAN, Ruth. A presença de indígenas nos cursos de formação inicial de professores: ressignificações curriculares. In: 41ª Reunião Nacional da Anped - Educação e Equidade: bases para amar-zonizar o país, 2023, Manaus. **Anais eletrônicos...**, Galoá, 2023.

BERGAMASCHI, Maria Aparecida; MEDEIROS, Juliana Schneider. História, memória e tradição na educação escolar indígena: o caso de uma escola Kaingang. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 30, n.º 60, p. 55-75 - 2010

CAMARGO, Leila Maria; LOPES, Sergio Luiz. Povos indígenas e do campo: caminhos para uma educação com equidade e justiça curricular. In: 41ª Reunião Nacional da Anped - Educação e Equidade: bases para amar-zonizar o país, 2023, Manaus. **Anais eletrônicos...**, Galoá, 2023.

CASSIMIRO, Maria Aparecida D'ávila; TEIXEIRAM Cristina Maria Dávila. Baú brincante: um estudo sobre o brincar em uma escola do campo na comunidade indígena Tupinambá - Ilhéus-Bahia. In: 41ª Reunião Nacional da Anped - Educação e Equidade: bases para amar-zonizar o país, 2023, Manaus. **Anais eletrônicos...**, Galoá, 2023.

CAXIAS, Selma Socorro Aguiar; PEIXOTO, Leonardo Ferreira. Travessias: as formações de uma mulher indígena. In: 41ª Reunião Nacional da Anped - Educação e Equidade: bases para amar-zonizar o país, 2023, Manaus. **Anais eletrônicos...**, Galoá, 2023.

CORDEIRO, Brenda Maria Alves; TROQUEZ, Marta Coelho Castro. O brincar como prática pedagógica numa escola indígena de Dourados, MS. In: 41ª Reunião Nacional da Anped - Educação e Equidade: bases para amar-zonizar o país, 2023, Manaus. **Anais eletrônicos...**, Galoá, 2023.

COSTA, Bruna Pollyana Almeida; ESTÁCIO; Marcos André Ferreira. Territórios virtuais: mulheres indígenas Sateré-Mawé e suas aproximações decoloniais nas redes. **Anais eletrônicos...**, Galoá, 2023.

COSTA, Carolina Ponciano da. Povos indígenas e educação escolar: a produção de um programa de pós-graduação. In: 41ª Reunião Nacional da Anped - Educação e Equidade: bases para amar-zonizar o país, 2023, Manaus. **Anais eletrônicos...**, Galoá, 2023.

DIAS, Patricia. Professor/a indígena como tema de pesquisa em cursos de pós-graduação em educação: uma análise dos textos nos GTs da ANPED. In: 41ª Reunião Nacional da Anped - Educação e Equidade: bases para amar-zonizar o país, 2023, Manaus. **Anais eletrônicos...**, Galoá, 2023.

FERNANDES, Ana Paula Diniz; MILITÃO, Andréia Nunes. A análise do processo de reformulação do magistério indígena do Projeto Pirayawara sob a luz da Resolução CNE/CP 01/2015. In: 41ª Reunião Nacional da Anped - Educação e Equidade: bases para amar-zonizar o país, 2023, Manaus. **Anais eletrônicos...**, Galoá, 2023.

FERREIRA, Bruno. Experiência de Formação de professores. In: GRUPPIONI, Luís Donisete Benzi (Org.). Formação de professores indígenas: repensando trajetórias. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada Alfabetização e Diversidade, 2006.

FERREIRA, M. K. L. A educação escolar indígena: um diagnóstico crítico da Situação do Brasil. In: SILVA, A. L. e FERREIRA, M. L. (orgs.). Antropologia, História e Educação: a questão indígena e a escola. MARI/FAPESP/GLOBAL. 2000.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. VIDAL, Lux Boelitz e FISCHMANN, Roseli (org). Povos Indígenas e Tolerância: Construindo Práticas de Respeito e Solidariedade. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001

LUCIANO, Gersem dos Santos. Educação e povos indígenas no limiar do século XXI: debates e práticas interculturais. **Antropologia & Sociedade-Revista do Laboratório de Antropologia, Arqueologia e Bem-Viver da UFPE**, v. 1, n. 1, p. 7-21, 2023.

MATOS, Silvanira Gomes de. Sábios dos seus povos - qual o lugar ocupado pelos anciãos na educação escolar indígena? In: 41ª Reunião Nacional da Anped - Educação e Equidade: bases para amar-zonizar o país, 2023, Manaus. **Anais eletrônicos...**, Galoá, 2023.

MELIÁ, Bartomeu. **Ação pedagógica e alteridade**: por uma pedagogia da diferença. Mato Grosso: Secretaria de Estado de Educação /Conselho de Educação escolar Indígena de Mato Grosso, 1997.

MIRANDA, Marina Rodrigues; LEÃO, Rafaella Capela. Filhos De Peixe: Identidades da Educação Indígena do Povo Xikrin do Rio Bacajá. In: 41ª Reunião Nacional da Anped - Educação e Equidade: bases para amar-zonizar o país, 2023, Manaus. **Anais eletrônicos...**, Galoá, 2023.

MOREIRA, Cristian Caio Silva. Indígenas Online: Povoamento e demarcação do território digital Na T.I Assuriní do Trocará. In: 41ª Reunião Nacional da Anped - Educação e Equidade: bases para amar-zonizar o país, 2023, Manaus. **Anais eletrônicos...**, Galoá, 2023.

MOREL, Ana Paula Massadar. O movimento zapatista: descolonização e indigenização da educação popular. In: 41ª Reunião Nacional da Anped - Educação e Equidade: bases para amar-zonizar o país, 2023, Manaus. **Anais eletrônicos...**, Galoá, 2023.

NASCIMENTO, Elisângela Andrade do. Prática docente: uma discussão necessária sobre a inclusão de indígenas em licenciaturas de cursos regulares nas universidades. In:

41ª Reunião Nacional da Anped - Educação e Equidade: bases para amar-zonizar o país, 2023, Manaus. **Anais eletrônicos...**, Galoá, 2023.

NASCIMENTO, Flávia Gisele; CUNHA, Claudia Madruga. (In)visibilidade das histórias e culturas dos povos indígenas nos livros didáticos de Arte. In: 41ª Reunião Nacional da Anped - Educação e Equidade: bases para amar-zonizar o país, 2023, Manaus. **Anais eletrônicos...**, Galoá, 2023.

RAMOS, Raquel de Cassia Rodrigues. A literatura infantil indígena nos anos iniciais do ensino fundamental. 41ª Reunião Nacional da Anped - Educação e Equidade: bases para amar-zonizar o país, 2023, Manaus. **Anais eletrônicos...**, Galoá, 2023.

RAMOS, Thelma L. C. e CERQUEIRA, Maristela P. Por 'fazeressesaberes' outros e sem estereótipos: pensar a educação e culturas indígenas nos espaços da cidade. In: 41ª Reunião Nacional da Anped - Educação e Equidade: bases para amar-zonizar o país, 2023, Manaus. **Anais eletrônicos...**, Galoá, 2023.

ROCHA, Kelson \Oliveira da; LEÃO, Jocelena Gois. Programas para formação de professores indígenas no estado do Amazonas. In: 41ª Reunião Nacional da Anped - Educação e Equidade: bases para amar-zonizar o país, 2023, Manaus. **Anais eletrônicos...**, Galoá, 2023.

SANTOS, Rita Floramar Fernandes dos. Ama(r)zonizar a formação docente: aspectos da decolonialidade e diálogo intercientífico com indígenas nas universidades amazônicas. 41ª Reunião Nacional da Anped - Educação e Equidade: bases para amar-zonizar o país, 2023, Manaus. **Anais eletrônicos...**, Galoá, 2023

SILVA, Girlane Santos da. A presença-ausência das temáticas indígenas no novo ensino médio e na nova bncc: reflexões do avanço da agenda neoliberal. 41ª Reunião Nacional da Anped - Educação e Equidade: bases para amar-zonizar o país, 2023, Manaus. **Anais eletrônicos...**, Galoá, 2023.

SILVA, Janssen Felipe da; SANTOS, Aline Renata dos. Recontextualização dos princípios da educação escolar do campo, indígena e quilombola: um olhar das epistemologias do sul. In: 41ª 41ª Reunião Nacional da Anped - Educação e Equidade: bases para amar-zonizar o país, 2023, Manaus. **Anais eletrônicos...**, Galoá, 2023.

SILVA, Jeiviane Justiniano da; MAGALHAES, Fernanda Almeida. Extensão em revista: análise do repertório cultural dos acadêmicos indígenas em suas produções. In: 41ª Reunião Nacional da Anped - Educação e Equidade: bases para amar-zonizar o país, 2023, Manaus. **Anais eletrônicos...**, Galoá, 2023.

SOARES, Heliano de Souza Soares. Crianças indígenas em escolas não indígenas: um estudo em escolas da rede municipal de Parintins/AM. In: 41ª Reunião Nacional da Anped - Educação e Equidade: bases para amar-zonizar o país, 2023, Manaus. **Anais eletrônicos...**, Galoá, 2023.

SOUZA, Adria Simone Duarte de. Escrita autobiográfica sobre currículo e escola indígena. In: 41ª Reunião Nacional da Anped - Educação e Equidade: bases para amar-zonizar o país, 2023, Manaus. **Anais eletrônicos...**, Galoá, 2023.

Recebido em 01 de novembro de 2024.

Aprovado em 30 de dezembro de 2024.